

PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO NO ÂMBITO DA FORMA URBANA, ESPAÇOS LIVRES E ESFERA DE VIDA PÚBLICA: Estudo de caso em Palmas -TO

ALBIERI, Lucimaraⁱ; QUEIROGA, Eugenio F.ⁱⁱ

ⁱUniversidade Federal do Tocantins; docente / Universidade de São Paulo (FAUUSP); doutoranda. Palmas-TO;

lucimaraalbieri@uft.edu.br

ⁱⁱUniversidade de São Paulo (FAUUSP); professor doutor; São Paulo-SP; queiroga@usp.br.

RESUMO

Esse artigo visa demonstrar um procedimento investigativo das condições que as centralidades urbanas oferecem para o fomento da esfera de vida pública através do estudo da forma urbana e dos espaços livres de apropriação pública. Para isso, procura-se atrelar a investigação nas escalas regional, da cidade e local, demonstrando possibilidades de correlações e desdobramentos para melhor entendimento da sociedade e da produção do espaço urbano em um sentido mais amplo e completo. Faz-se, para isso, referência ao caso de Palmas - TO, onde o procedimento está sendo aplicado.

Palavras-chave: forma urbana; espaços livres; centros urbanos; esfera de vida pública.

INVESTIGATIVE PROCEDURE UNDER THE URBAN FORM, OPEN SPACES AND PUBLIC LIFE SPHERE: Case Study in Palmas - TO

ABSTRACT

This article seeks to demonstrate an investigative procedure of the conditions that urban centralities provide for the promotion of public life sphere through the study of urban form and open spaces for public ownership. In order to do that, tries to harness the research in regional, city and local levels, demonstrating possibilities for correlations and developments to a better understanding of society and the production of urban space in a wider and more complete sense. To achieve this objective, reference to the case of Palmas-TO, where the procedure is being applied, is used.

Key-words: urban form; open spaces; urban center; public life sphere.



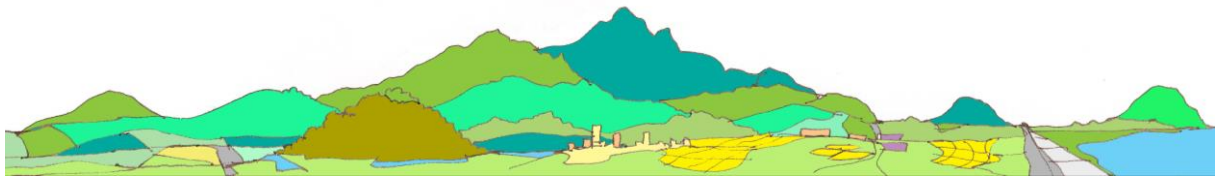
1. INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado é fruto de inquietações acerca das possibilidades que os espaços livres de apropriação pública têm oferecido para a esfera de vida pública em uma realidade de cidades cada vez mais fragmentadas e socialmente segregadas. Nessa realidade, as disparidades entre classes sociais associadas ao desencontro cotidiano nos espaços públicos dificultam o reconhecimento do outro, a alteridade, o debate e o acordo. Procuro encarar os espaços livres públicos como *lócus* do desejo e possibilidade de uma sociedade que reconhece e vê riqueza nas diferenças.

Nas centralidades a vida urbana se torna mais densa e dinâmica. Seus espaços livres públicos são elementos de diálogo entre a vida pública e o espaço urbano, são palco de encontros dos diferentes, de surpresas, dos imprevistos, do acontecer solidário, onde a esfera de vida pública, por meio do cotidiano, se apresenta efetivamente como resistência aos processos alienantes vinculados à globalização. “O cotidiano será, um dia ou outro, a escola da desalienação (...)”, declarou Milton Santos (1993, p.53). Os espaços livres públicos das centralidades urbanas, conjugados aos espaços livres privados e aos espaços edificados, adquirem relevância e significados, se prestando tanto aos atores hegemônicos voltados à exploração e dominação (razão sistêmica) quanto ao seu contraponto, isto é, ao mundo vivido da esfera do cotidiano (razão comunicativa)¹ que propicia transformação social através da consciência e entendimento mútuo. Portanto, interessa saber quais possibilidades as centralidades oferecem para que esses processos se estabeleçam.

Assim, surge a necessidade de métodos investigativos que descortinem a produção do espaço urbano, que implica em reprodução social e inter-relações escalares entre o global e o local, compreendendo correlações entre forma, função, estrutura e processos, como nos ensina Milton Santos (2012a), buscando metodologicamente entender o espaço por meio dessas categorias analíticas.

O início investigativo sobre as centralidades de Palmas se deu na identificação e hierarquização – quanto à sua relevância na estrutura da cidade - das centralidades urbanas por um método desenvolvido por Kneib (2008), que se utiliza de pessoas (chamados de ‘especialistas’) com certo conhecimento de espaço urbano da cidade em questão e capacidade de entendimento e leitura de mapas, como arquitetos, engenheiros, corretores de imóveis, entre outros.



Uma vez detectada as centralidades urbanas de Palmas de maneira hierarquizada (ALBIERI, 2014), buscou-se o entendimento da ocupação do território e produção do espaço urbano, seus conflitos e contradições, por meio dessas centralidades. Esta investigação se deu nas escalas regional, urbana e de bairro, buscando articulá-las para o entendimento das implicações, produções e apropriações em seus espaços livres públicos.

2. ESCALA REGIONAL

Estudos sobre centralidade tem alertado para os desdobramentos espaciais advindos da articulação entre duas escalas relativas aos centros urbanos: a centralidade intraurbana que reage às articulações da centralidade na escala interurbana. Identificar a reestruturação do espaço urbano através do estudo das centralidades urbanas passa pelo entendimento das transformações de funções e conteúdo do núcleo inicial e surgimento de outros centros de diversos tipos e localidades nos quais se tem observado em várias cidades, além das implicações da intensidade da dinâmica regional onde a cidade está inserida.

Além disso, cidades de mesmo porte inseridas em redes urbanas distintas implicam em diferentes intensidades de apropriação dos espaços públicos ocasionando distintas dinâmicas na esfera pública, confirmando a interferência da rede urbana em questões intraurbanas.

Um pequeno município inserido em contexto megalopolitano apresenta maior potencial para estabelecer relações mais ricas (diversas e complexas) no âmbito da esfera pública que um município de igual porte, mas inserido em rede urbana menos densa, dada a maior intensidade de trocas entre seus agentes sociais e os demais que atuam no território megalopolitano. Dessa maneira, o sistema de lugares públicos megalopolitanos apresenta maior propensão ao protagonismo público do que os sistemas de lugares públicos em regiões menos densamente urbanizadas. (QUEIROGA, 2012, p.249)

As metrópoles foram os primeiros fenômenos urbanos que sofreram o fenômeno de “implosão-explosão”² por possuírem melhores condições para a reprodução capitalista, pois concentram riquezas, indústrias, tecnologias e poder de comando, estando ligadas mais diretamente à economia globalizada. No caso do Brasil, houve profundas transformações nas décadas de 1960 e 1970 impulsionadas pela fase expansiva do capitalismo no país,



consolidando suas metrópoles e as infraestruturas que dão suporte à rede de cidades. O estado e a cidade de São Paulo são ícones desse processo³.

Enquanto no primeiro período a indústria é protagonista do crescimento econômico, no segundo o setor terciário ganha maior relevância e impulsiona a concentração urbana. Quando uma indústria migra ou expande suas atividades para outros municípios ou regiões, ela atrai consigo o setor terciário que participa de maneira cada vez mais significativa dos processos de reestruturação urbana.

Estudos tem apontado uma correspondência entre a reestruturação urbana e de seus centros com a flexibilização da indústria (como a separação do centro de decisões e de produção, ou ainda a terceirização), afetando tanto a rede urbana quanto as cidades internamente. Isso reverbera em cidades de outros portes englobando cada vez mais as menores no cenário das relações entre produção e consumo pertinentes à etapa atual do capitalismo, produzindo mudanças culturais e nas formas de produzir e de se apropriar dos espaços urbanos (CARLOS, 2005; SPOSITO, 2004).

Acarreta na reformulação das centralidades intraurbanas, uma vez que seus centros tradicionais não atendem às novas funcionalidades exigidas pelas necessidades da reprodução e acumulação do capital, sendo necessária sua transformação e multiplicação em outras partes do território. Novas áreas centrais mais profícuas aos tempos hegemônicos são criadas concorrendo com o centro tradicional que, muitas vezes, contribui para a perda de sua vitalidade. (SPOSITO, 1991).

Assim, processos específicos dos centros urbanos são observados: decadência e abandono pelas elites dos núcleos que originaram as cidades, surgimento ou consolidação de outros centros, centros funcional ou socialmente especializados, indução de centralidades através da implantação de grandes estabelecimentos em áreas fora da cidade, concorrência entre o centro tradicional e novos centros, além de reforço da segregação socioespacial derivado de novos centros elitizados. Esse fenômeno também tem sido observado nas cidades de porte médio.

Tal dinâmica se verifica de maneira distinta nas diversas regiões brasileiras, pois depende do processo histórico de ocupação e da fase de desenvolvimento econômico e urbano no contexto regional e nacional. Tem-se observado nas últimas décadas inclusive nas regiões mais periféricas brasileiras, isto é, nas que não participavam de um nível mais avançado de urbanização e industrialização, conferindo-lhe policentralidade intraurbana com (re)estruturações urbanas menos dependentes ou independentes do setor industrial ou de



sua rede de cidades, isto é, em áreas de baixa industrialização existem fenômenos semelhantes aos dos grandes centros urbanos, como a migração de funções tradicionalmente centrais para novos centros e o surgimento de centros especializados. Esse é o caso de Palmas.

A análise da formação da policentralidade intraurbana da capital do Tocantins demonstra os fenômenos citados em uma cidade planejada na história recente do país em um contexto de baixa industrialização, rede urbana rarefeita e baixa densidade populacional. Esta capital nasce policêntrica de maneira prematura e com pouca associação ao seu estágio de urbanização e industrialização. Isso leva a crer que a polinucleação não é um fator ligado exclusivamente aos arranjos funcionais de atividades, mas sobretudo à escolha de localidades pelas elites tanto a favor da especulação imobiliária quanto da apropriação locacional por questão ideológica, de dominação e poder.

Assim, é possível afirmar que a formação e consolidação dos centros urbanos de Palmas está muito mais associada à sua concepção projetual e ao seu processo de ocupação do que com as transformações econômicas regionais. Portanto, o foco de sua análise urbana deve estar nas questões internas, mais do que nas interferências externas. Sem dúvida, isso inclui as questões simbólico-ideológicas relacionadas aos centros urbanos, exacerbadas em cidades capitais.

3. ESCALA DA CIDADE

As questões de apropriação do espaço livre público nos centros urbanos está vinculado a concentração de pessoas com a possibilidade da realização da esfera de vida pública pelo cotidiano dos encontros e dos eventos de maior escala (políticos e culturais), embasando e justificando a relevância dos centros para a sociedade e a cidadania. Os centros enquanto espaços urbanos distintos, com combinações específicas de complexidade da vida social, são lugares. “Os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares” (SANTOS, 2000, p.112).

Os centros são espaços banais dos encontros não planejados e do cotidiano.



[...] nos espaços banais se recria a idéia e o fato da Política, cujo exercício se torna indispensável, para providenciar os ajustamentos necessários ao funcionamento do conjunto, dentro de uma área específica. Por meio de encontros e desencontros e do exercício do debate e dos acordos, busca-se explícita ou tacitamente a readaptação às novas formas de existência. (Ibid., p.111)

Milton Santos segue seu raciocínio especificando o caso brasileiro, onde enfatiza a importância da escala no nível local e dos lugares para a formação da cidadania:

Ser “cidadão de um país” [falando a respeito de ‘cidadão do mundo’], sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir, apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas subnacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político. (Ibid., p.13)

O direito à cidade⁴ inclui o direito à centralidade sob o aspecto dos encontros entre diferentes, da reunião, componentes essenciais para a reprodução social. Nas centralidades urbanas há a densificação e diversificação dos encontros, tendo como palco essencial o espaço público urbano que permite a realização da esfera de vida pública. Para Queiroga (2012)⁵, a esfera pública geral engloba toda a vida “em público”, isto é, tanto a vida cotidiana realizada em público, quanto a esfera de vida política referente ao debate político e intelectual.

Os espaços públicos urbanos constituem elementos significativos para a realização da esfera pública, com primazia para os que se localizam nos centros urbanos. A ação cotidiana nos espaços públicos se desdobra nas relações de identidade coletiva, pertencimento urbano e afetividade pública, assim como nos encontros, na alteridade e nas possibilidades de ação e comunicação na esfera pública⁶. Mas que cotidianidade seria essa?

Lefebvre (2001) afirma que a vida cotidiana na sociedade capitalista é uma cotidianidade controlada e organizada na e pela sociedade burocrática de consumo dirigido, subordinada ao seu modo de produção. Fica clara sua crítica ao controle da vida cotidiana voltada ao consumo quando deveria ocorrer também ou prioritariamente pelo imprevisto e pelo imprevisito:

O problema é acabar com as separações: “cotidianidade-lazeres” ou “vida cotidiana-festa”. O problema é restituir a festa transformando a vida cotidiana. A cidade foi um espaço ocupado ao mesmo tempo pelo trabalho produtivo, pelas obras, pelas festas. Que ela reencontre essa função para além das funções, na sociedade urbana metamorfoseada (LEFEBVRE,2001,p.128).



O autor aponta para um projeto de outra sociedade e, conseqüentemente, de outra cidade que se realiza através do direito à cidade no âmbito da reprodução social com ênfase no valor de uso. Conclama romper com a dinâmica do capital para a restituição da centralidade, porém uma centralidade renovada, que, ao nosso ver, deve acontecer pela cotidianidade e pela urbanidade. A cotidianidade que se estabelece nos espaços de apropriação pública é condição, também, para sua urbanidade.

A urbanidade é entendida neste trabalho nos termos de Netto (2012, p.37), baseada em “princípio ético – um ethos da urbanidade como coexistência e bem-vir das alteridades, e como um desejo de futuro: *o devir do urbano numa urbanidade plena e aberta*”, um desejo da coexistência e da comunicação em sua condição ética. O autor defende “Reconhecer na urbanidade aspectos tanto materiais quanto éticos: um ethos da “orientação ao Outro” (Heidegger) baseado em princípios como a comunicação livre de coerção (Habermas) e o “bem-vir às diferenças” mais que o tolerar as diferenças (Derrida).” (*Ibid.*, p.19). Porém, não um desejo utópico (ligado à ideologia) ou de um desejo a se realizar em um futuro distante, mas um desejo presente, latente nos espaços públicos, real e palpável, a ser reafirmado, aprimorado e alastrado.

Netto⁷ coloca “o problema da segregação como “invisibilização das alteridades” no cotidiano das cidades, uma segregação capturada nos próprios trajetos da ação de atores socialmente diferenciados pelos caminhos e lugares da cidade” (NETTO, 2014, p.22). É, portanto, um processo sutil de distanciamento social que se instala e opera não somente pelo viés da fixação das pessoas no território, mas também pelos padrões de encontro e desencontro das classes sociais no espaço urbano.

Nesse sentido, questiona-se: os centros urbanos estão promovendo a troca e a diversidade social na atualidade? Em que medida eles possibilitam um resgate do encontro dos atores de diferentes modos de vida ou classes sociais que fora perdido ou prejudicado na realidade da segregação socioespacial?

Trata-se, portanto, de verificar a possibilidade da realização da esfera pública na cotidianidade dos espaços públicos dos centros urbanos. Já que parte-se de uma realidade socioeconômica segregada no território urbano de Palmas, principalmente quanto à moradia, investiga-se a possibilidade de integração entre diferentes mundos sociais no encontro propiciado pelos espaços públicos centrais.



No caso de Palmas, essa investigação está sendo realizada nas três centralidades mais relevantes apontadas pela pesquisa: Centro principal, Vila União (norte) e Bairro Taquaralto (sul), prioritariamente em suas avenidas comerciais. Foram estudados seus processos de formação e consolidação em consonância com o projeto urbanístico e a ocupação da cidade, além dos dados socioeconômicos vinculados às suas localizações territoriais (figura 01).

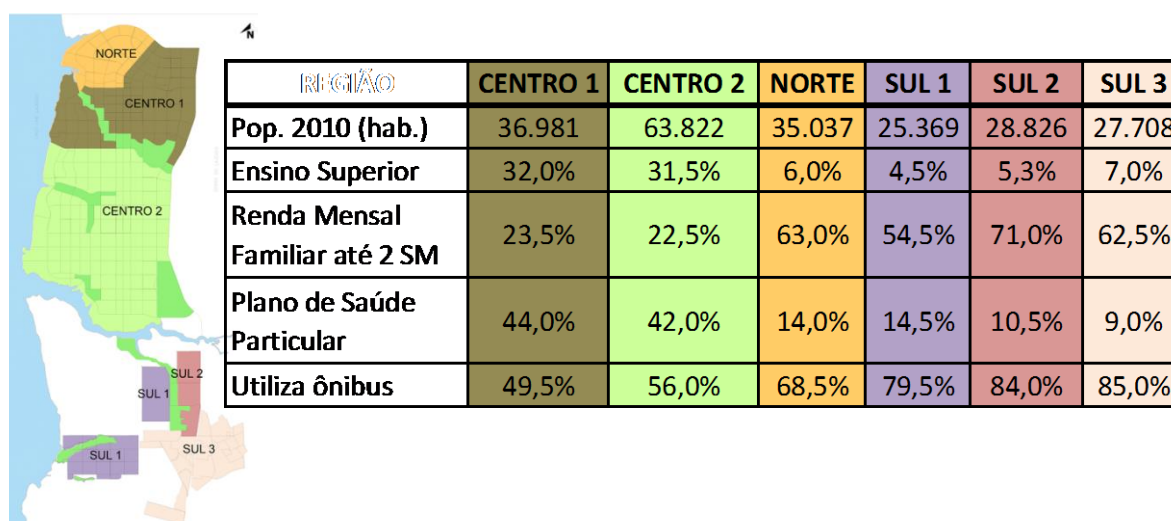


Figura 01 – Dados socioeconômicos- Palmas. Fonte: Adaptado de: IBGE, 2010; Instituto Vetor, 2009.

Somando-se a população na subdivisão demonstrada na figura, tem-se cerca de 46% da população residindo na região central, enquanto 54% no norte e sul. Portanto, um pouco mais da metade da população de Palmas vivem em áreas onde se apresentam os piores dados socioeconômicos, dentre eles renda, nível de escolaridade, saúde e mobilidade (sabendo-se da baixa qualidade do transporte público na realidade brasileira, não sendo diferente em Palmas). Correlaciona-se a esses dados as precariedades das infraestruturas básicas⁸ que se refletem, entre outras coisas, na qualidade dos espaços públicos urbanos.

Em relação às centralidades de Palmas, seu centro principal está alocado na região denominada 'Centro 1' no mapa acima (figura 01), dentre as que apresentam população de maior renda. As outras duas centralidades se posicionam opostamente: uma na Vila União ao norte e outra na região denominada 'Sul 3', com populações com menor renda (figura 02).

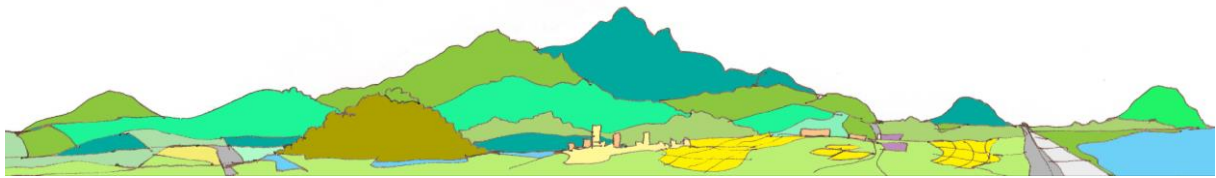
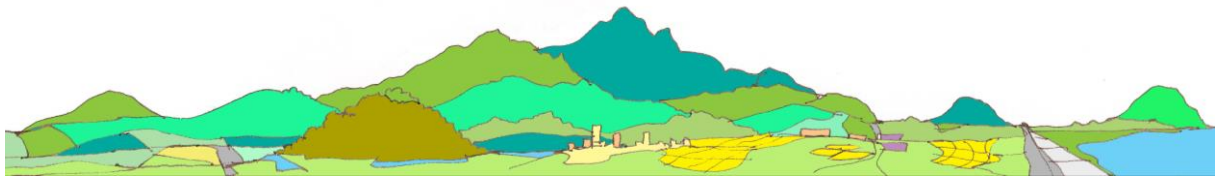


Figura 02 – Destaque das três principais centralidades de Palmas conforme Albieri (2014). Fonte: Adaptado de Google Earth, 2015.



Por motivos de operacionalização metodológica, associou-se diferentes modos de vida a diferentes níveis de renda e classes sociais. Reconhece-se que esse viés é reduutivo, pois modos de vida não se resumem a classes sociais, porém abarcam essas e permitem apontamentos que direcionam para futuras pesquisas mais aprofundadas sobre o tema. Pressupõe-se nesta pesquisa que a categoria 'classe social' possui afinidade ou similaridade com determinados modos de vida.

Na tentativa de entender quem utiliza ou frequenta qual centralidade e seus motivos, aplicou-se questionários nas três centralidades para detectar o local de moradia das pessoas abordadas (associado ao valor do solo), visando identificar os raios de abrangência de cada uma dessas centralidades e o grau de diversidade das classes sociais que as frequentam. Será comentado a seguir o resultado dos questionários aplicados às pessoas que trabalham nos estabelecimentos comerciais dessas centralidades (figura 03).

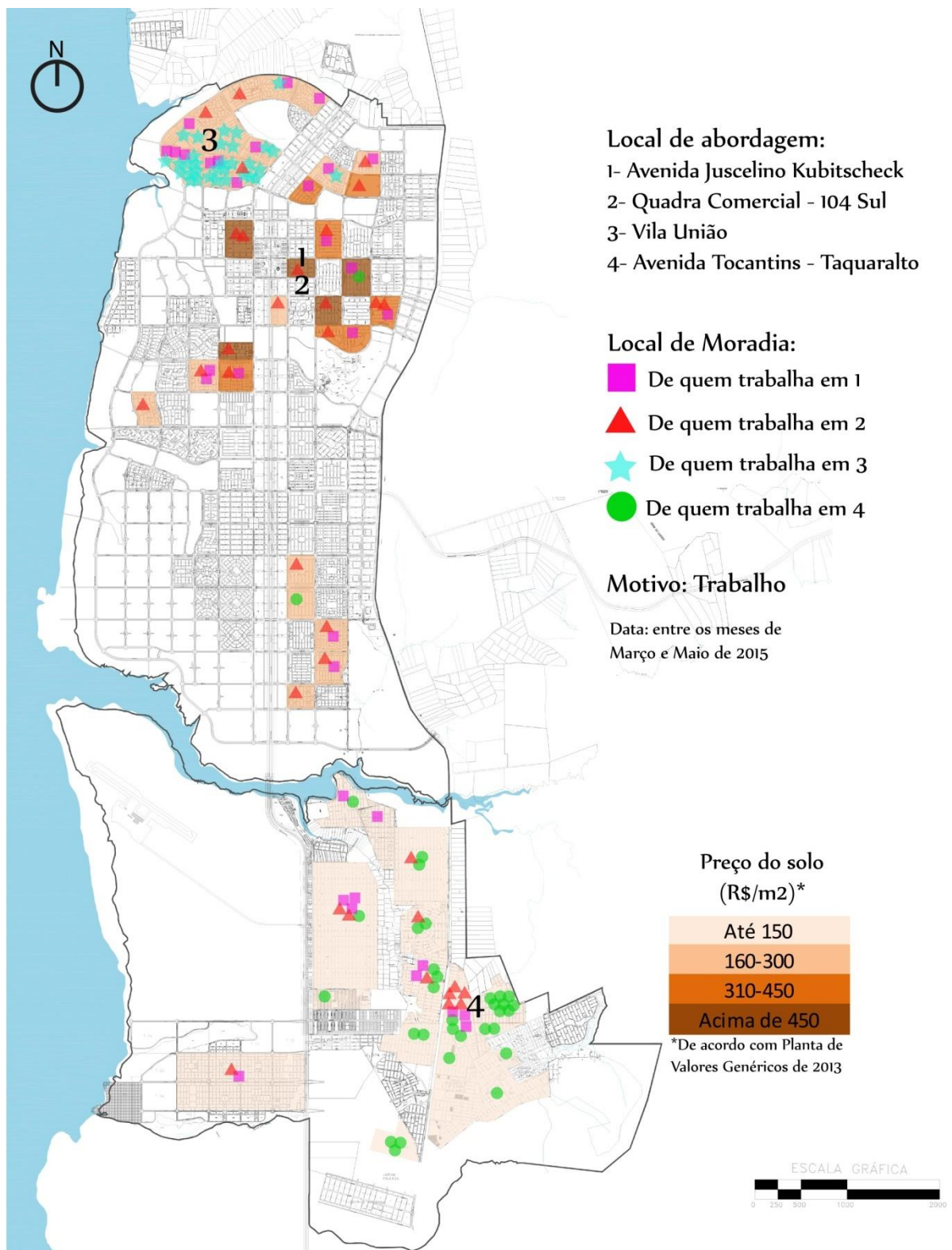


Figura 03 – Mapeamento do local de moradia e valor do solo dos trabalhadores nas principais centralidades de Palmas.



Adverte-se que, no caso da investigação sobre os trabalhadores nas centralidades, suas relações com o lugar e com as pessoas são de natureza instrumental, isto é, mantêm níveis hierárquicos condicionados às suas posições de emprego, o que dificulta relações interpessoais casuais e não condicionadas, isto é, implicam negativamente na capacidade de um indivíduo se colocar no lugar do outro em uma relação de diálogo e valorização das diferenças existentes. Portanto, mesmo havendo mesclas de classes sociais, deve-se ter ressalvas quanto às possibilidades de urbanidade e de realização da esfera pública.

Nos questionários aplicados aos transeuntes das centralidades (figura 04), as abrangências se ampliaram, principalmente em se tratando da Vila União. O que chama bastante atenção é a expressiva diferença entre os motivos pelos quais a maioria das pessoas vai a essas centralidades, permitindo associações com modos de relação de natureza instrumental (comércio, serviço, trabalho) – evidente no centro principal - e não instrumental (lazer, esporte) – em destaque na Vila União.

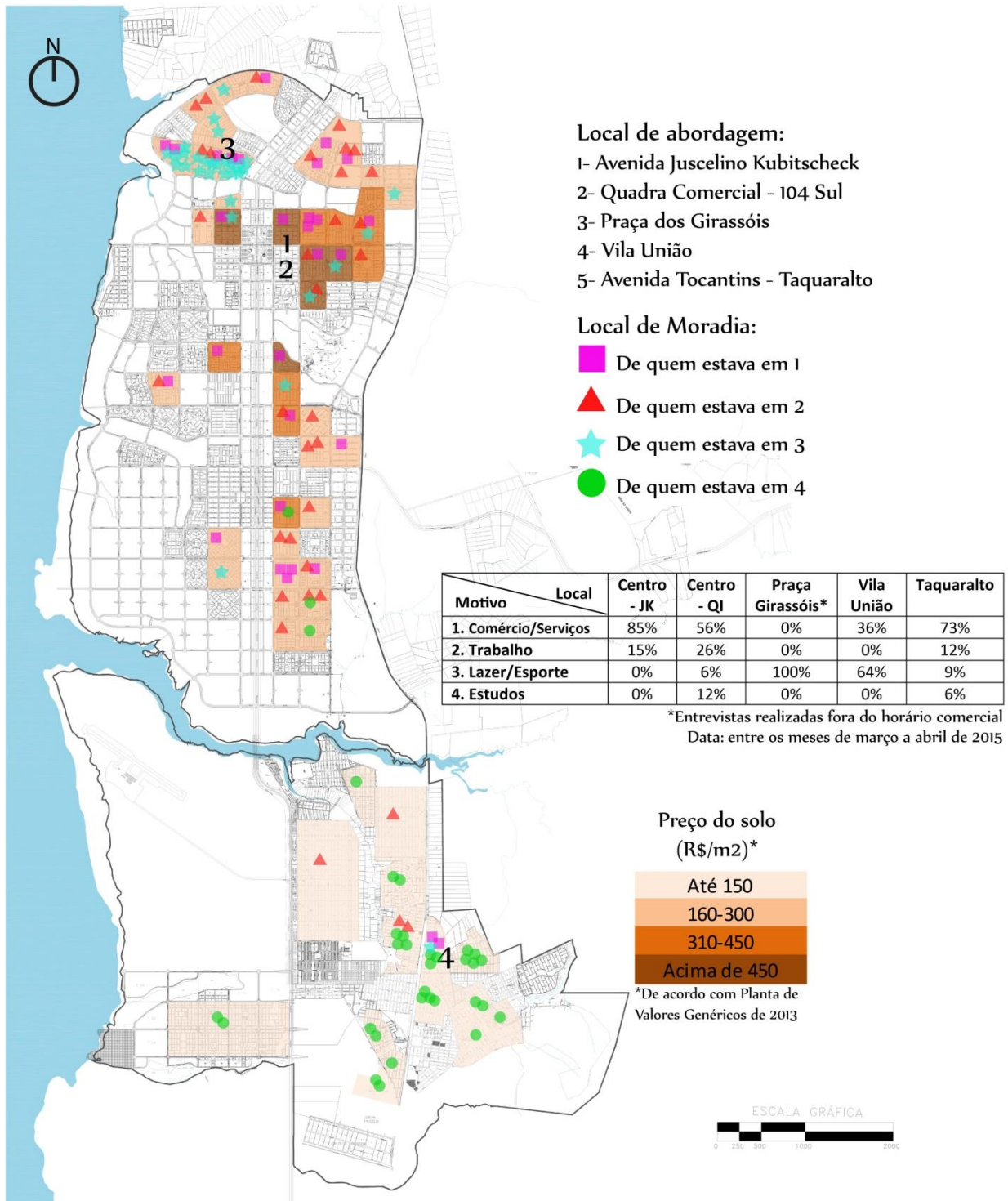
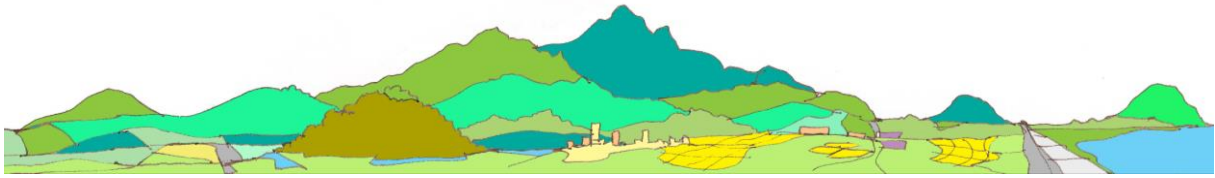


Figura 04 – Mapeamento do local de moradia e valor do solo dos transeuntes nas principais centralidades de Palmas.



4. ESCALA LOCAL

A escala local permite e demanda uma abordagem da forma urbana de maneira diferenciada à escala da cidade, porém segue o mesmo princípio: seu estudo deve ser encaminhado não de forma estática ou descritiva, mas sim enquadrado na dinâmica relacional entre forma, função, estrutura e processos, além de ter como premissa a associação entre o sistema de objetos e o sistema de ações, pois o espaço urbano é produto e meio de (re)produção da sociedade, sofrendo ações e reagindo a elas (SANTOS, 2012b). Portanto, seus objetos não são entes passivos ou apenas suporte da ação. O estudo da forma, empírica e teoricamente, oferece elementos para o entendimento do conteúdo, que leva à tentativa de compreensão da realidade atual de uma sociedade e suas contradições.

O encaminhamento dessas investigações resulta dos estudos de autores diversos, como Jane Jacobs, Aldo Rossi, Carlo Aymonino, Jan Gehl, Phillipe Panerai & Jean Castex, Frederico de Holanda, Douglas Aguiar, Vinicius Netto, que se debruçaram ou tem se debruçado nos estudos acerca da morfologia urbana e seus desdobramentos na vitalidade urbana, nas apropriações dos espaços públicos, na cotidianidade e na urbanidade.

No caso presente, definiu-se a investigação dos trechos mais significativos das avenidas comerciais de cada centralidade, ampliando quando necessário ao seu entorno imediato, para o estudo no âmbito da escala local. Foram considerados cinco diferentes níveis de relações que se entrelaçam horizontalmente:

- Relações de uso – detecta graus de homogeneidade ou heterogeneidade de usos (principalmente comercial e residencial) das vias comerciais e de seu entorno imediato, correlacionando-os tanto com a diversidade da paisagem nos percursos quanto aos níveis de relações sociais de natureza instrumental ou não instrumental nas centralidades.
- Relações de conexões – estuda os graus de conectividade de trajetos referentes a ligações, cruzamentos e acessos, nos modos motorizados e não motorizados, correlacionando urbanidade ou vitalidade à diversidade de possibilidade dos modos e dos percursos.
- Relações morfométricas de dimensão e proporção – refere-se a larguras de vias e calçadas, altura e distância entre edifícios, tamanho de quarteirões e de vias transversais que se desdobram em investigações acerca de continuidade e conforto dos percursos,



assim como graus de intimidade espacial, inferindo locais mais voltados aos pedestres ou ao veículo, ao convívio ou a passagem.

- Relações de interfaces – são as relações entre o espaço livre e o construído, o limiar entre a fachada e a rua, considerando a (im)permeabilidade física e/ou visual que permite ou obstrui interações ou define tipos de interações (física ou visual) entre o público e o privado.

- Relações de controle burocrático – investiga os graus de formalidade ou informalidade dos controles, no âmbito das instituições externas àquele local e/ou da própria sociedade, regulada por agentes internos por meio de acordos construídos coletivamente. O controle pode ser observado tanto na regulação das edificações (ocupação ou ausência de padrão de afastamentos, marquises improvisadas, materiais construtivos alternativos) ou ainda quanto às apropriações dos espaços livres (calçadas, ruas, estacionamentos).

Cabe entender essas relações sob o contexto das escalas regional e da cidade anteriormente explicitadas. Ressalta-se que a pesquisa dessas relações está em andamento, existindo resultados apenas sobre algumas delas. Como exemplo, tem-se levantado o tamanho das fachadas nas vias comerciais das três centralidades (tabela 01) – contida na investigação das ‘relações de interfaces’ -, ou ainda o corte transversal das vias – contida nas ‘relações de proporção’ - que futuramente serão correlacionadas às outras relações na escala local, assim como às outras escalas (regional e da cidade). Neste último caso, é possível fazer aproximações quanto ao tamanho das fachadas ou proporções das vias/edificações e níveis socioeconômicos (apresentados na figura 01) ou acerca dos motivos pelos quais as pessoas frequentam as centralidades (tabela 02).

Tabela 01 – Quantificação do tamanho das fachadas de vias comerciais nas três centralidades em estudo – Palmas/TO.

| TAMANHO FACHADAS | Centro Av.J.K. | | Vila União | | Taquaralto | |
|------------------|----------------|------|------------|------|------------|------|
| | Quant. | % | Quant. | % | Quant. | % |
| 3 a 7 m | 39 | 51% | 94 | 62% | 70 | 71% |
| 8 a 15 m | 23 | 30% | 54 | 35% | 20 | 20% |
| 16 a 30 m | 12 | 16% | 3 | 2% | 9 | 9% |
| Acima 30 m | 2 | 3% | 1 | 1% | 0 | 0% |
| Total Analisadas | 76 | 100% | 152 | 100% | 99 | 100% |



Tabela 02 – Motivos pelos quais as pessoas freqüentam as centralidades em estudo – Palmas/TO.

| | Centro Av. JK | Centro QC* | Vila União | Taquaralto |
|----------------------|---------------|------------|------------|------------|
| 1. Comércio/Serviços | 85 % | 56 % | 36 % | 73 % |
| 2. Trabalho | 15 % | 26 % | 0 % | 12 % |
| 3. Lazer/Esporte | 0 % | 6 % | 64 % | 9 % |
| 4. Estudos | 0 % | 12 % | 0 % | 6 % |

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos centros urbanos reunirem a diversidade, é enganoso afirmar que são, apenas por isso, democráticos. A fragmentação territorial combinada com a segregação socioespacial afeta na formação e transformação de tipos de centralidades que se prestam a determinados públicos específicos, causando impactos negativos nas possibilidades da reunião e do encontro dos diferentes atores e grupos sociais. Conseqüentemente, tende a impedir o conhecimento de outros modos de vida e por sua vez, os desdobramentos comunicativos (de reflexão e ação) que poderiam vir a ser gerados, contribuindo para a alienação e para a manutenção do *status quo*. Acarreta, portanto, na diluição da esfera pública. Lefebvre (2001, p. 123) já afirmava que – “... a segregação tende a impedir o protesto, a contestação, a ação, ao dispersar aqueles que poderiam protestar, contestar, agir...”.

A forma urbana significativamente fragmentada, como é o caso de Palmas, com grandes vazios urbanos e com um território socialmente segregado, reflete negativamente nas possibilidades de apropriação dos espaços públicos nos centros urbanos por diferentes grupos sociais, restringindo a interação entre atores. O centro urbano principal, considerado simbolicamente o local de reunião do cidadão palmense, não se mostra, na prática, local de apropriação democrática pelos vários estratos de sua população para ações cotidianas livres no âmbito do imprevisto. A mescla social encontrada de maior significância se dá por meio das relações econômicas entre fornecedor e cliente, vendedor e consumidor, em uma condição preestabelecida nos moldes da sociedade capitalista, isto é, na cotidianidade organizada, controlada e dirigida para o consumo, como apontado por Lefebvre (*op.cit*). Há, no caso, uma correlação entre o espaço urbano racionalizado, organizado tecnicamente em seu plano, e suas práticas cotidianas movidas pela razão instrumental.



Os demais centros analisados, julgados de caráter secundário pelo planejamento burocrático, mesmo com reconhecida relevância para a estrutura urbana, serve majoritariamente um entorno formado por iguais, colaborando pouco para o (re)conhecimento dos diferentes modos de vida. Apesar disso, foram observadas possibilidades mais amplas para as ações não programadas que levam a ações e apropriações do espaço público no domínio do valor de uso e que se evidenciam por meio da mistura de usos, das dimensões comedidas dos espaços públicos e das fachadas dos edifícios, além do controle social desenvolvido e compartilhado na vivência cotidiana, fora da esfera burocrática.

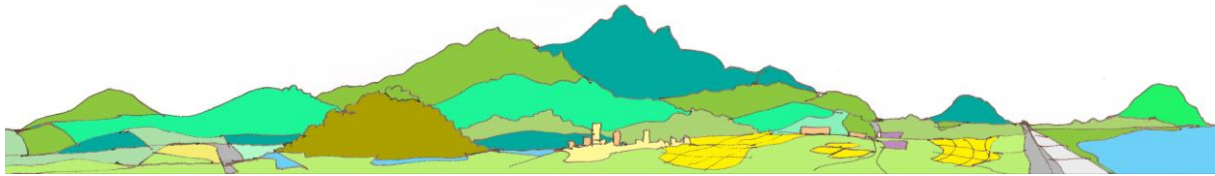
Os estudos da forma urbana no nível das ruas, calçadas, fachadas e do entorno imediato às vias comerciais das centralidades tem apontado correlações entre o nível local e o nível da cidade, sob a égide do entendimento do nível regional, possibilitando inferências entre esses níveis de abordagem. As centralidades que se mostram de caráter menos instrumental apresentam maior tolerância a informalidades em seus espaços públicos e a mescla de usos. Apresentam também maior diversidade em sua paisagem quanto a alinhamentos de fachadas e tamanho das frentes das lojas. Parecem carregar o embrião das relações sociais baseadas na comunicação, na coexistência, no acordo informal, porém frutífero ao exercício da cidadania. Parecem também prezar pelo valor de uso que infiltra na vida cotidiana festiva.

Tem-se procurado nessa pesquisa, portanto, estabelecer correlações tanto em níveis verticais (inter-relações escalares) quanto em níveis horizontais (relações formais no nível local). Acredita-se que os estudos sobre forma urbana e espaços livres de apropriação pública que visam entender seus desdobramentos na esfera de vida pública devem englobar diversas instâncias e escalas, bem como associações que permitam o entendimento de uma problemática de tal complexidade.

REFERÊNCIAS

ALBIERI, L.; CRUZ, S. N.; PEREIRA, A. P. B. Identificação da estrutura espacial urbana: o caso de Palmas. In: KNEIB, E. C.(Org) *Projeto e Cidade: centralidades e mobilidade urbana*. Goiânia: Funape, 2014. P. 169–196.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução da cidade como “negócio”. In: CARLOS, Ana Fani; CARRERAS, Carles (Orgs.). *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005. P.29-37.



GOOGLE EARTH. Disponível em: <<http://earth.google.com/intl/pt-BR/>>. Acesso entre out. 2012 e dez. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA – IBGE. *IBGE - Cidades@*. Disponível em: <<http://www.s.cidadeibge.gov.br/>>. Acesso em: mar. 2014.

INSTITUTO VETOR. *Cadernos Palmas Minha Cidade - 2009*. Disponível em: <<http://www.palmasminhacidade.com.br/>>. Acesso em: mar.2015.

KNEIB, E. C. *Subcentros urbanos: contribuição conceitual e metodológica à sua definição e identificação para planejamento de transportes*. 2008. 206p. Tese (Doutorado em Transporte) - Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

LEFÈBVRE, Henri. Trad. Rubens Eduardo Frias. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001. 144 p. Título original: *Le droit à la ville*, 1968.

NETTO, V. M. Introdução; A urbanidade como dever do urbano. In: AGUIAR D.; NETTO, V. M. *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012. P.13-59.

_____. *Cidade & Sociedade: as tramas da prática e seus espaços*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. *Dimensões Públicas do Espaço Contemporâneo*. 2012. 284 p. Tese (Livre-Docência) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012.

ROSSI, Aldo. *Arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Título original: *L'architettura della città*, 1966.

SANTOS, Milton. (1987). *O espaço do cidadão*. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

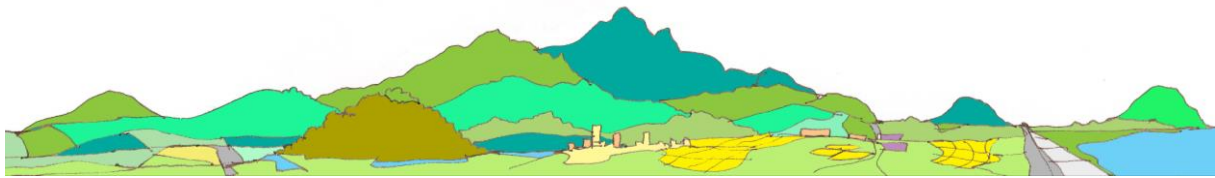
_____. (1985). *Espaço e método*. 5.ed. São Paulo: Edusp, 2012a. 120p. (Coleção Milton Santos, 12).

_____. (1996). *A natureza do espaço*. 4.ed. 7.reimpd. São Paulo: EdUSP, 2012b.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Centro e formas de expressão da centralidade urbana. *Revista de Geografia*, São Paulo, v. 10, p. 1-18, 1991.

_____. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo*. 2004. 504f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista FCT-UNESP. Presidente Prudente, 2004.

¹ Habermas desenvolve a teoria da ação comunicativa, onde a razão comunicativa se estabelece por meio do entendimento mútuo entre sujeitos no mundo vivido da cotidianidade, enquanto a razão sistêmica está



associada aos atores hegemônicos para exploração e dominação. Cf. HABERMAS, Jürgen (1981). *The theory of communicative action* (1981). McCARTHY, Thomas (trad.). Boston: Beacon Press, 1989. 2v. Vol. 2. Lifeworld and System: A critique of functionalist reason.

² Cf. LEFEBVRE, H. (2001).

³ Cf. Sposito (2004).

⁴ Cf. Lefebvre H (2001).

⁵ Queiroga (2012), em sua tese de livre-docência, discute a esfera pública com base em Hanna Arendt e Jürgen Habermas, ressaltando a importância dos espaços livres urbanos de apropriação pública para sua realização e fortalecimento.

⁶ Não se trata aqui de descartar ou antagonizar as possibilidades das comunicações virtuais que também fazem parte da esfera pública. Vê-se uma complementaridade positiva entre comunicações virtuais e presenciais de caráter coletivo.

⁷ Netto faz uma construção teórica sobre a reprodução social através dos encontros e comunicações – nos conceitos de Habermas (assim como Queiroga, 2012) e Luhmann – no espaço urbano, ressaltando a importância da corporeidade do encontro nos espaços urbanos.

⁸ Cabe destacar que os hospitais se concentram na região central, existindo apenas Unidades Básicas de Saúde (UBS) nas regiões Norte e Sul, onde a grande maioria da população utiliza o sistema público de saúde.